

CARTA DE CREDENCIAMENTO

Referência: Credenciamento nº 001/2020 - SCPAR Porto de Imbituba S.A.

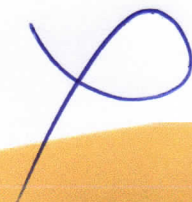
1. Nome do Leiloeiro: ULISSES DONIZETE RAMOS
 2. CPF Nº: 102.471.938 36
 3. Nº de matrícula da Junta Comercial do Estado: AARC 309
 4. Endereço Completo: RUA NEPAL, 910 TERREO; BAIRRO DAS NAÇÕES, BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC
 5. Telefone: (47) 99911-1606 Fax: (47) 3063 0319
- E-mail: leiloeiro@donizetteleiloes.com.br

Na condição de leiloeiro público matriculado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, conforme acima qualificado, vimos solicitar credenciamento para realizarmos os leilões públicos que se fizerem necessários para a SCPAR Porto de Imbituba S.A. alienar, em conformidade com o que prescreve a Lei nº 13.303/2016, Regulamento de Licitações e Contratos da SCPAR Porto de Imbituba S.A. e demais disposições aplicáveis, bens patrimoniais móveis e materiais inservíveis de propriedade da SCPAR Porto de Imbituba, considerados obsoletos, sucateados, irrecuperáveis, inservíveis, ociosos e/ou de recuperação antieconômica.

Para tanto, apresentamos junto a esta Carta de Credenciamento, Certidão de regularidade para atuar como Leiloeiro Oficial emitida pela JUDESC, com data de expedição inferior a 30 dias da data da sessão, de acordo com art. 2º da IN DNRC nº113; cópia da carteira de identidade, CPF, e demais documentos exigidos para habilitação, conforme Item 4 do Edital de Credenciamento nº 001/2020.

Também apresentamos os seguintes meios, os quais nos comprometemos a mantê-los atualizados, para a SCPAR Porto de Imbituba S.A. nos transmitir comunicações decorrentes deste processo de credenciamento, inclusive para nos convocar para o sorteio que definirá a ordem de classificação dos leiloeiros habilitados a realizar as alienações caso necessário:

- a) E-mail leiloeiro@donizetteleiloes.com.br
- b) Tel: (47) 99911-1606



Neste ensejo, declaramos, sob as penas da lei que:

- a) tomamos conhecimento da íntegra do Edital de Credenciamento nº 001/2020 e seus anexos, concordamos plenamente com seus termos e atendemos a todas as condições e exigências nele contidas.
- b) inexistem fato(s) que impeçam nossa habilitação e estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências que venham a se verificar posteriormente, caso firmemos contrato com a SCPAR Porto de Imbituba S.A.

BALNEARIO CAMBORIU, 12 DE JANEIRO DE 2021.



Ulisses Donizete Ramos
Leiloeiro Público Oficial
Matrícula AARC Nº 309
Fé Pública Decreto Nº 21.981/32

ULISSES DONIZETE RAMOS
LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL AARC 309

RG: 7.239.622/SSP

CPF: 102.471.938 36

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO GERAL DE PERÍCIA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO



ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REGISTRO GERAL 7.239.622

DATA DE EXPEDIÇÃO

02/ABR/2014

ULISSES DONIZETE RAMOS

NOME

FILIAÇÃO

OLÍCIO DANIEL RAMOS

MARIA DIAS RAMOS

NATURALIDADE

ITUMBIARA GO

DATA DE NASCIMENTO

26/JAN/1970

DOC. ORIGEM

CERT. CAS. 26057 LV B-180 FL 41
CART. 1º SUBDISTRITO-CAMPINAS SP

CPF

102.471.938-36

ITAJAÍ - SC

Rudy César Bedin Oliveira
PERITO CRIMINAL

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

DEPARTAMENTO DE
PRIMEIRO

Tabelionato de Notas e Protestos

MARIANA VIEIRA DE SOUZA - Tabelião

Av. Itália, 100 - Camboriú - SC - CEP: 88300-104

Fone: (47) 333.8884 - (47) 333.8884 - Fax: (47) 333.8884

E-mail: m.vieira@tabelionato.com.br - www.tabelionato.com.br

--- AUTENTICAÇÃO Nº 661779 ---

Autentico a presente fotocópia por ser
reprodução fiel do original que me foi
apresentado. Do que dou fé. Balmeario
Camboriú, 10 de novembro de 2020. Em test.
da verdade.



JANINE VIEIRA DE SOUZA - Escrevente
Emolumentos: R\$ 4,00 + selo: R\$ 2,80 -- Total: R\$6,80
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal FYS57748-DM94
Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br



Ministério da Fazenda
Receita Federal
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF



Número
102.471.938-36

Nome
ULISSES DONIZETE RAMOS

Nascimento
26/01/1970

CÓDIGO DE CONTROLE
DCBF.AD28.F838.5049



Emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 20:18:35 do dia 14/01/2021 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO



GOVERNO DE SANTA CATARINA
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Sustentável
Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

CERTIDÃO

Certificamos para os devidos fins e a pedido da parte interessada que, **ULISSES DONIZETE RAMOS**, brasileiro, inscrito no CPF nº 102.471.938-36, é Leiloeiro Oficial, matriculado sob nº AARC/309 e encontra-se em situação Regular perante essa Junta Comercial. O referido leiloeiro tomou posse em 20 de dezembro de 2013, conforme se extrai do Livro de Posses desta Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUDESC.

Sendo a expressão da verdade, dato e assino a presente certidão.

Florianópolis, SC, 13 de janeiro de 2021.

Ana Carla Weber
Analista técnico administrativo II
Diretoria de Registro Mercantil - Jucesc

Avenida Rio Branco, 387 – Centro - Florianópolis – SC - CEP 88015-201
Telefone: (048) 3212-5535 - Fax: (048) 3212-5518
Site: [http:// www.jucesc.sc.gov.br](http://www.jucesc.sc.gov.br)
E-mail: secretariageral@jucesc.sc.gov.br





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ULISSES DONIZETE RAMOS
CPF: 102.471.938-36

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 18:44:28 do dia 12/01/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 11/07/2021.

Código de controle da certidão: **0263.733F.758A.A293**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): ULISSES DONIZETE RAMOS
CNPJ/CPF: 102.471.938-36
(Solicitante sem inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS/SC)

Esta certidão é válida para o número do CPF ou CNPJ informado pelo solicitante, que não consta da base de dados da Secretaria de Estado da Fazenda.

O nome e o CPF ou CNPJ informados pelo solicitante devem ser conferidos com a documentação pessoal do portador.

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal:	Lei nº 3938/66, Art. 154
Número da certidão:	200140154731385
Data de emissão:	09/12/2020 11:42:09
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158, modificado pelo artigo 18 da Lei nº 15.510/11.):	07/02/2021

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: <http://www.sef.sc.gov.br>



SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO CAMBORIU
Secretaria da Fazenda

**CERTIDÃO NEGATIVA DE
DÉBITO MUNICIPAL**

Nº 2065/2021

Requerente: ULISSES DONIZETE RAMOS

Data: 12/01/2021

Código: 236108

Identificação do Contribuinte

Nome:	ULISSES DONIZETE RAMOS	Código:	236108
Endereço:	RUA NEPAL, 910 - PAVIMENTO TERREO - DAS NACOES		
Município:	BALNEARIO CAMBORIU	CEP:	88338-215
CNPJ/CPF:	102.471.938-36	UF:	SC

Finalidade da Certidão

Finalidade:
Participação em Licitações

Ressalvado o direito da Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Fazenda Municipal.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.balneariocamboriu.sc.gov.br>>.

BALNEARIO CAMBORIU, 12 de janeiro de 2021.

Código de Controle da Certidão: **20212065**

Esta certidão terá Validade pelo período de 90 dias

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 70.012.48981.0-6

Razão Social: ULISSES DONIZETE RAMOS

Endereço: R NEPAL 910 / NACOES / BALNEARIO CAMBORIU / SC / 88338-215

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 25/12/2020 a 23/01/2021

Certificação Número: 2020122501442863688393

Informação obtida em 12/01/2021 18:51:23

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



12/01/2021

0000720914

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Comarca de Balneário Camboriú

CERTIDÃO
FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CERTIDÃO Nº: 8022804**FOLHA: 1/1**

À vista dos registros cíveis constantes nos sistemas de informática do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina da Comarca de Balneário Camboriú, com distribuição anterior à data de 11/01/2021, verificou-se NADA CONSTAR em nome de:

ULISSES DONIZETE RAMOS, portador do RG: 7239622, CPF: 102.471.938-36. *****

OBSERVAÇÕES:

- a) para a emissão desta certidão, foram considerados os normativos do Conselho Nacional de Justiça;
- b) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- c) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>, opção Certidões/Conferência de Certidão;
- d) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha, Fórum Bancário e Distrital do Continente;
- e) certidão é expedida em consonância com a Lei nº 11.101/2005, com a inclusão das classes extrajudiciais: 128 - Recuperação Extrajudicial e 20331 - Homologação de Recuperação Extrajudicial.

ATENÇÃO: A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema eproc, disponível através do endereço <https://certeproc1g.tjsc.jus.br>

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Balneário Camboriú, terça-feira, 12 de janeiro de 2021.

PEDIDO Nº:**0000720914**

CERTIDÃO FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL Nº: 683214

À vista dos registros constantes no **sistema eproc do Primeiro Grau de Jurisdição** do Poder Judiciário de Santa Catarina, utilizando como parâmetro os dados informados pelo(a) requerente, NADA CONSTA distribuído em relação a:

NOME: ULISSES DONIZETE RAMOS

CPF: 102.471.938-36

RG: 7239622

Órgão expedidor: SSP SC

Nome da mãe: MARIA DIAS RAMOS

Nome do pai: OLICIO DANIEL RAMOS

Data de nascimento: 26/01/1970

Certidão emitida às 18:58 de 12/01/2021.

OBSERVAÇÕES

- 1) Esta certidão tem validade de 60 (sessenta) dias a contar da data da emissão.
- 2) Certidão expedida em consonância com a Lei nº 11.101/2005, com a inclusão das classes extrajudiciais: 128 - Recuperação Extrajudicial e 20331 - Homologação de Recuperação Extrajudicial;
- 3) Foram considerados os normativos do CNJ;
- 4) Os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;

ATENÇÃO: A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema de automação da justiça - SAJ5, disponível através do endereço <https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>



12/01/2021

0000720922

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Comarca de Balneário Camboriú

CERTIDÃO
CRIMINAL

CERTIDÃO Nº: 8022812**FOLHA: 1/1**

À vista dos registros criminais constantes nos sistemas de informática do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina da Comarca de Balneário Camboriú, com distribuição anterior à data de 11/01/2021, verificou-se NADA CONSTAR em nome de:

ULISSES DONIZETE RAMOS, portador do RG: 7239622, CPF: 102.471.938-36, filho de Olicio Daniel Ramos e Maria Dias Ramos, nascido aos 26/01/1970. *****

OBSERVAÇÕES: a) será negativa quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual foi solicitada; b) foram considerados o disposto no inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal e os normativos do Conselho Nacional de Justiça; c) não tem validade para fins eleitorais; d) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário; e) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>, f) a certidão da Capital abrange os crimes do Código Penal Militar, no primeiro grau de jurisdição; g) para a Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha e Distrital do Continente.

ATENÇÃO: A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema eproc, disponível através do endereço <https://certeproc1g.tjsc.jus.br>

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Balneário Camboriú, terça-feira, 12 de janeiro de 2021.

PEDIDO Nº:

0000720922



CERTIDÃO CRIMINAL Nº: 683216

À vista dos registros constantes no **sistema eproc do Primeiro Grau de Jurisdição** do Poder Judiciário de Santa Catarina, utilizando como parâmetro os dados informados pelo(a) requerente, NADA CONSTA distribuído em relação a:

NOME: ULISSES DONIZETE RAMOS

CPF: 102.471.938-36

RG: 7239622

Órgão expedidor: SSP SC

Nome da mãe: MARIA DIAS RAMOS

Nome do pai: OLICIO DANIEL RAMOS

Data de nascimento: 26/01/1970

Certidão emitida às 18:59 de 12/01/2021.

OBSERVAÇÕES

- 1) Esta certidão tem validade de 60 (sessenta) dias a contar da data da emissão.
- 2) Será negativa quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual foi solicitada;
- 3) Foram considerados os normativos do CNJ;
- 4) Os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;

ATENÇÃO: A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema de automação da justiça - SAJ5, disponível através do endereço <https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>



12/01/2021

0000720918

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Comarca de Balneário Camboriú

CERTIDÃO
CÍVEL

CERTIDÃO Nº: 8022808**FOLHA: 1/1**

À vista dos registros cíveis constantes nos sistemas de informática do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina da Comarca de Balneário Camboriú, com distribuição anterior à data de 11/01/2021, verificou-se NADA CONSTAR em nome de:

ULISSES DONIZETE RAMOS, portador do RG: 7239622, CPF: 102.471.938-36. *****

OBSERVAÇÕES: a) será negativa quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual foi solicitada; b) não abrange as ações de falência, concordata e recuperação judicial; c) a certidão da Capital abrange ações cíveis contra atos disciplinares militares, conforme art. 125 § 5º da CFB; d) não tem validade para fins eleitorais; e) foram considerados os normativos do CNJ; f) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário; g) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico [http://www.tjsc.jus.br/portal/opção Certidões/Conferência de Certidão](http://www.tjsc.jus.br/portal/opção/Certidões/Conferência%20de%20Certidão); h) para a Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Bancário, Norte da Ilha e Distrital do Continente.

ATENÇÃO: A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema eproc, disponível através do endereço <https://certeproc1g.tjsc.jus.br>

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Balneário Camboriú, terça-feira, 12 de janeiro de 2021.

PEDIDO Nº:

0000720918



CERTIDÃO CÍVEL Nº: 683213

À vista dos registros **cíveis** constantes no **sistema eproc do Primeiro Grau de Jurisdição** do Poder Judiciário de Santa Catarina, utilizando como parâmetro os dados informados pelo(a) requerente, CONSTA(M) distribuído(s), o(s) processo(s) listado(s) abaixo em relação a:

NOME: ULISSES DONIZETE RAMOS

CPF: 102.471.938-36

RG: 7239622

Órgão expedidor: SSP SC

Nome da mãe: MARIA DIAS RAMOS

Nome do pai: OLICIO DANIEL RAMOS

Data de nascimento: 26/01/1970

Certidão emitida às 12:35 de 13/01/2021.

Classe	Processo	Segredo de Justiça	Situação Processual	Área Processual
EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	0001311-77.2014.8.24.0006	Não	MOVIMENTO	Cível

OBSERVAÇÕES

- 1) Esta certidão tem validade de 60 (sessenta) dias a contar da data da emissão.
- 2) Será negativa quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual foi solicitada;
- 3) Não abrange as ações de falência, concordata e recuperação judicial;
- 4) A certidão abrange ações cíveis contra atos disciplinares militares, conforme art. 125, § 5º da CFB;
- 5) Não tem validade para fins eleitorais;
- 6) Foram considerados os normativos do CNJ;
- 7) Os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;

ATENÇÃO: A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema de automação da justiça - SAJ5, disponível através do endereço <https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>



JUSTIÇA ESTADUAL
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

A Justiça Estadual, Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, com base nos seus registros processuais eletrônicos, acessados no dia e hora abaixo referidos

CERTIFICA

que, sobre o(a) EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, processo nº 0001311-77.2014.8.24.0006, distribuído para o Juízo da Vara Regional de Direito Bancário da Comarca de Jaraguá do Sul e no qual figuram, como EXEQUENTE, COOP.DE CREDITO DE LIVRE ADM.DE ASSOC.DOS VALES DO ITAJAI E ITAPOCU, DO LITORAL DE SANTA CATARINA E LITORAL SUL DO PARANA-SICOOB BLUCREDI SUL - CNPJ: 03.960.819/0001-99 (representado(a) por NILSON DOS SANTOS - OAB: SC016612 e FELIPE SA FERREIRA - OAB: SC017661) e, como EXECUTADO, ULISSES DONIZETE RAMOS - CPF: 102.471.938-36 (representado(a) por PERCIVAL TEIXEIRA DE ABREU FILHO - OAB: SC038986 e EDSON JOSE GOMES - OAB: SC038528), OSNILDO SOARES MACHADO JUNIOR - CPF: 062.043.701-46, constam os seguintes eventos: em 20/05/2014 12:31:51, Processo distribuído por sorteio; em 28/05/2014 13:19:37, Recebimento - SAJ; em 28/05/2014 13:26:37, Aguardando envio para o Juiz; em 29/05/2014 15:10:23, Aguardando envio para o Juiz; em 29/05/2014 15:38:08, Concluso para decisão interlocutória; em 02/06/2014 15:22:01, Despacho determinando citação/notificação - 1. Citem-se os executados, na forma do art. 652 do CPC, para que efetuem o pagamento da dívida em 03 (três) dias. 2. No ato de citação a parte executada deverá ser intimada a indicar bens à penhora em 5 dias, em caso de não pagamento integral da dívida, devendo o Oficial de Justiça alertá-la do disposto no § 1º do art. 656 do CPC, bem como que a não indicação será considerado como ato atentatório à dignidade da Justiça, incidindo multa de até 20% sobre o valor atualizado da execução (arts. 600, inc. IV e 601, ambos do CPC). 3. Independentemente de nova conclusão, certificado o não pagamento no prazo acima referido, o Oficial de Justiça, munido da segunda via do mandado, procederá a penhora, na forma do § 1º do art. 652 do CPC, devendo o senhor Oficial de Justiça realizar avaliação do bem construído (art. 680 CPC) e depositá-lo. 4. No mesmo ato, deverá a a parte executada ser intimada da penhora e avaliação, sendo que caso já tenha constituído advogado, a intimação poderá ser feita na pessoa do procurador (art. 652, § 4º do CPC). Em caso de penhora de imóveis, existindo cônjuge, este deverá também ser intimado (art. 655, § 2º do CPC). 5. Consigne-se no mandado que, na efetivação da penhora, Oficial de Justiça deverá atentar para os bens nomeados pelo exequente ou indicados pela executada, observando-se a ordem determinada pelo art. 655 do CPC. 6. Cientifique-se o devedor que, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderão opor embargos em 15 dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação (art. 736 e 738 do CPC). Alerta-se ainda o executado da faculdade conferida pelo art. 745-A do CPC. 7. Forte no art. 652-A do CPC, arbitro honorários provisórios de 10% (dez por cento), ciente a parte executada de que em caso de pagamento no prazo assinalado, o valor da honorária será reduzido à metade (art. 652-A, parágrafo único, do CPC). 8. Desentranhe-se a contra-fé de fls. 32/36 e certifique-se.; em 02/06/2014 18:24:00, Recebimento - SAJ; em 20/06/2014 10:57:10, Mandado emitido - Mandado nº: 006.2014/000251-5 Situação: Cumprido - Ato positivo em 17/09/2014 Local: 1º Cartório; em 20/06/2014 15:10:07, Certidão emitida - Desentranhamento - Art. 180, § 1º, CNCGJ; em 20/06/2014 15:25:34, Aguardando envio para o Juiz; em 24/06/2014 16:43:48, Aguardando cumprimento do mandado; em 17/09/2014 14:23:36, Certificado pelo Oficial de Justiça - Citação Negativa - PF-PJ; em 03/10/2014 14:58:54, Juntada de Petição - Exequente informa e junta documento.; em 03/10/2014 15:01:36, Juntada de mandado - Mandado nº 1 Citação Negativa.; em 03/10/2014 15:04:13, Juntada de mandado - Mandado nº 2 Penhora Negativa.; em 21/10/2014 18:37:04, Ato ordinatório praticado - SAJ - Fica intimado o autor, por seu procurador para que no prazo de 5 (cinco) dias se manifeste sobre certidão de fls. 40.; em 29/10/2014 11:04:27, Encaminhado edital/relação para publicação - Relação: 0213/2014 Teor do ato: Fica intimado o autor, por seu procurador para que no prazo de 5 (cinco) dias se manifeste sobre certidão de fls. 40. Advogados(s): Nilson dos Santos (OAB 16612/SC); em 03/11/2014 11:17:01, Certificada a publicação da relação de intimação de advogado - Relação :0213/2014 Data da Publicação: 31/10/2014 Número do Diário: 1989 Página: ; em 05/11/2014 17:41:00, Certificado pelo Oficial de Justiça - Devolução - Zona Incorreta; em 14/11/2014 17:52:30, Decorrido o prazo - Certifico que o prazo decorreu sem oferecimento de manifestação pelo autor acerca do ato ordinatório de fls. 42.; em 14/11/2014 17:53:12, Ato Ordinatório-Andamento ao processo (05d) - Fica intimado o autor, na pessoa de seu advogado, para dar andamento ao processo, no prazo de 5 (cinco) dias, ciente de que a inércia acarretará a extinção do processo sem resolução de mérito.; em 18/11/2014 10:54:04, Encaminhado edital/relação para publicação - Relação: 0233/2014 Teor do ato: Fica intimado o autor, na pessoa de seu advogado, para dar andamento ao processo, no prazo de 5 (cinco) dias, ciente de que a inércia acarretará a extinção do processo sem resolução de mérito. Advogados(s): Nilson dos Santos (OAB 16612/SC); em 20/11/2014 12:05:48, Certificada a publicação da relação de intimação de advogado - Relação :0233/2014 Data da Publicação: 20/11/2014 Número do Diário: 2003 Página: ; em 09/01/2015 15:46:12, Juntada de Petição - Exequente requer renovação de citação.; em 10/02/2015 18:51:57, Ato ordinatório praticado - SAJ - Fica intimada a Contadora para calcular as custas da condução do Oficial de Justiça, conforme endereço mencionado à fl. 47. .; em 18/02/2015 15:10:24, Remetido os autos à Contadoria; em 24/02/2015 15:57:40, Recebidos os Autos pela Contadoria; em 24/02/2015 15:58:25, Remetidos os autos da Contadoria; em 25/02/2015 13:56:15, Recebidos os autos; em 05/03/2015 17:23:49, Ato ordinatório praticado - SAJ - Fica intimado o autor, por seu procurador, para que no prazo de 5 (cinco) dias se manifeste sobre a certidão da contadora de fls. 49.; em 05/03/2015 17:24:20, Juntada de Petição; em 06/03/2015 15:21:22, Encaminhado edital/relação para publicação - Relação: 0135/2015 Teor do ato: Fica intimado o autor, por seu procurador, para que no prazo de 5 (cinco) dias se manifeste sobre a certidão da contadora de fls. 49. Advogados(s): Nilson dos Santos (OAB 16612/SC); em 10/03/2015 11:35:24, Certificada a publicação da relação de intimação de advogado - Relação :0135/2015 Data da Publicação:

10/03/2015 Número do Diário: 2067 Página: ; em 13/03/2015 21:31:57, Realizado o pagamento de custas/despesas - Custas Intermediárias paga em 12/03/2015 através da guia nº 006.3001475-11 no valor de 83.73; em 23/03/2015 17:46:08, Juntada de Petição - Exequente junta comprovante de recolhimento das custas judiciais.; em 25/03/2015 16:06:06, Expedido mandado - SAJ - Mandado nº: 006.2015/000894-8 Situação: Cumprido - Ato Positivo Parcial em 05/05/2015 Local: Barra Velha / Sergio Elias Batista; em 25/03/2015 16:06:12, Expedido mandado - SAJ - Mandado nº: 006.2015/000895-6 Situação: Cancelado em 16/08/2016 Local: Barra Velha / 1º Cartório; em 05/05/2015 15:12:33, Certificado pelo Oficial de Justiça - Citação Positiva - PF; em 02/06/2015 18:02:07, Certificado pelo Oficial de Justiça - Penhora Positiva - Intimação Positiva - PF; em 01/07/2015 13:46:00, Juntada de mandado - Citação parcialmente cumprida.; em 08/07/2015 17:52:25, Juntada de Petição - Executado, junta comprovante de recolhimento das custas processuais.; em 17/07/2015 13:43:34, Juntada de mandado - Penhora Positiva.; em 14/08/2015 16:40:53, Ato ordinatório praticado - SAJ - Fica o réu intimado para se manifestar a respeito do auto de penhora, depósito e avaliação, que está nas fls. 67.; em 21/08/2015 17:04:46, Encaminhado edital/relação para publicação - Relação: 0357/2015 Teor do ato: Fica o réu intimado para se manifestar a respeito do auto de penhora, depósito e avaliação, que está nas fls. 67. Advogados(s): Nilson dos Santos (OAB 16612/SC); em 27/08/2015 15:00:49, Certificada a publicação da relação de intimação de advogado - Relação :0357/2015 Data da Publicação: 25/08/2015 Número do Diário: 2182 Página: ; em 05/10/2015 17:40:12, Juntada de Petição; em 05/10/2015 17:40:20, Juntada de Petição; em 15/10/2015 17:52:51, Processo apensado - SAJ - Apenso o processo 0300643-96.2015.8.24.0006 - Classe: Embargos à Execução - Assunto principal: Valor da Execução / Cálculo / Atualização; em 20/11/2015 08:03:13, Realizado o pagamento de custas/despesas - GRJR paga em 18/11/2015 através da guia nº 006.3002992-90 no valor de 8.25; em 15/08/2016 15:55:45, Processo físico convertido em processo eletrônico. em 16/08/2016 10:19:43, Juntada; em 17/08/2016 00:00:00, Juntada; em 17/08/2016 11:39:14, Juntada de Petição; em 17/08/2016 11:39:15, Juntada de Procuração; em 17/08/2016 11:39:15, Juntada de documento; em 17/08/2016 11:39:16, Juntada de documento; em 17/08/2016 11:39:17, Juntada de documento; em 17/08/2016 11:39:47, Juntada de documento; em 17/08/2016 11:39:48, Juntada de documento; em 17/08/2016 11:39:49, Juntada de documento; em 17/08/2016 11:40:21, Juntada de documento; em 17/08/2016 11:40:21, Juntada de documento; em 17/08/2016 11:40:22, Juntada de Petição; em 17/08/2016 11:40:22, Juntada de documento; em 17/08/2016 11:40:23, Juntada de documento; em 17/08/2016 11:40:23, Juntada de documento; em 17/08/2016 11:42:31, Juntada de documento; em 17/08/2016 11:42:32, Juntada de documento; em 17/08/2016 11:42:32, Juntada de documento; em 17/08/2016 11:42:33, Juntada de documento; em 17/08/2016 11:42:33, Juntada de documento; em 17/08/2016 11:42:34, Juntada de documento; em 17/08/2016 11:42:34, Juntada de documento; em 17/08/2016 11:43:52, Juntada de documento; em 17/08/2016 11:44:05, Juntada de documento; em 17/08/2016 11:44:13, Juntada de documento; em 17/08/2016 11:46:41, Juntada; em 17/08/2016 11:47:15, Juntada de documento; em 17/08/2016 11:47:16, Juntada de documento; em 17/08/2016 11:47:16, Juntada de documento; em 17/08/2016 11:47:17, Juntada de Petição; em 17/08/2016 11:47:37, Juntada de documento; em 17/08/2016 11:49:16, Juntada de documento; em 17/08/2016 11:49:17, Juntada de documento; em 17/08/2016 11:49:17, Juntada de documento; em 17/08/2016 11:50:48, Juntada de documento; em 17/08/2016 11:50:49, Juntada de Petição; em 17/08/2016 11:51:00, Juntada de documento; em 17/08/2016 11:51:16, Juntada de documento; em 17/08/2016 11:51:16, Juntada de documento; em 17/08/2016 11:52:17, Juntada de documento; em 17/08/2016 11:53:27, Juntada de documento; em 17/08/2016 11:53:27, Juntada de documento; em 17/08/2016 11:53:28, Juntada de Petição; em 17/08/2016 11:53:28, Juntada de documento; em 17/08/2016 11:53:29, Juntada de Petição; em 17/08/2016 11:53:29, Juntada; em 17/08/2016 12:29:25, Expedido mandado - SAJ - Mandado nº: 006.2014/000251-6 Situação: Cumprido - Ato negativo em 19/04/2017 Local: 1º Cartório; em 18/08/2016 16:10:39, Ato ordinatório praticado - SAJ - Certifico que os presentes autos foram digitalizados no Sistema de Automação do Judiciário - SAJ-5 -, passando a tramitar de forma eletrônica. Ficam intimados os Drs. Procuradores das partes, que de acordo com o artigo 16, parágrafo 1º da Resolução Conjunta no nº 03/2013-GP-CGJ, o peticionamento deverá ser efetuado por meio do Portal e-SAJ ou pelos meios previstos no parágrafo 3º do artigo 10 da Lei nº 11.419, de 19 de dezembro 2006.Ciente ainda que de acordo com o artigo 27, , §4, inciso III,da Resolução Conjunta no nº 03/2013-GP- CGJ, os documentos originais, poderão ser retirados por V.Exa., no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar de sua intimação, mediante requerimento, devendo mantê-los sob sua guarda e conservação até o trânsito em julgado da sentença ou até o final do prazo para propositura de ação rescisória, quando admitida.OBSERVAÇÃO: Processo físico arquivado na caixa 38 de processos digitalizados.; em 24/08/2016 17:44:09, Encaminhado edital/relação para publicação - Relação: 0345/2016 Teor do ato: Certifico que os presentes autos foram digitalizados no Sistema de Automação do Judiciário - SAJ-5 -, passando a tramitar de forma eletrônica. Ficam intimados os Drs. Procuradores das partes, que de acordo com o artigo 16, parágrafo 1º da Resolução Conjunta no nº 03/2013-GP- CGJ, o peticionamento deverá ser efetuado por meio do Portal e-SAJ ou pelos meios previstos no parágrafo 3º do artigo 10 da Lei nº 11.419, de 19 de dezembro 2006.Ciente ainda que de acordo com o artigo 27, , §4, inciso III,da Resolução Conjunta no nº 03/2013-GP- CGJ, os documentos originais, poderão ser retirados por V.Exa., no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar de sua intimação, mediante requerimento, devendo mantê-los sob sua guarda e conservação até o trânsito em julgado da sentença ou até o final do prazo para propositura de ação rescisória, quando admitida.OBSERVAÇÃO: Processo físico arquivado na caixa 38 de processos digitalizados. Advogados(s): Nilson dos Santos (OAB 16612/SC); em 29/08/2016 12:39:51, Certificada a publicação da relação de intimação de advogado - Relação :0345/2016 Data da Publicação: 26/08/2016 Número do Diário: 2422 Página: ; em 29/08/2016 17:14:29, Conclusos para decisão interlocutória; em 12/02/2017 18:28:33, Declarada incompetência - Diante da publicação da Resolução TJ n. 1, de 1.º de fevereiro de 2017, que, dentre outras questões, cria a Vara Regional de Direito Bancário da Comarca de Jaraguá do Sul, com competência para processamento e julgamento de ações como a presente (artigo 2.º); e, face ao elevado número de ações em tramitação neste juízo, inexistir tempo hábil à análise deste feito antes da instalação da novel unidade jurisdicional, encaminhem-se os autos ao cartório judicial, para remessa à Vara Bancária assim que instalada, o que deve ocorrer em breve.Intimem-se.; em 05/04/2017 00:00:00, Juntada; em 05/04/2017 20:14:17, Juntada; em

10/04/2017 02:54:09, Encaminhado edital/relação para publicação - Relação: 0132/2017 Teor do ato: Diante da publicação da Resolução TJ n. 1, de 1.º de fevereiro de 2017, que, dentre outras questões, cria a Vara Regional de Direito Bancário da Comarca de Jaraguá do Sul, com competência para processamento e julgamento de ações como a presente (artigo 2.º); e, face ao elevado número de ações em tramitação neste juízo, inexistir tempo hábil à análise deste feito antes da instalação da novel unidade jurisdicional, encaminhem-se os autos ao cartório judicial, para remessa à Vara Bancária assim que instalada, o que deve ocorrer em breve.Intimem-se. Advogados(s): Nilson dos Santos (OAB 16612/SC); em 12/04/2017 14:03:04, Certificada a publicação da relação de intimação de advogado - Relação :0132/2017 Data da Publicação: 12/04/2017 Número do Diário: 2562 Pagina: ; em 20/04/2017 15:51:59, Transferência de Processo - Saída - Jaraguá do Sul: Vara Regional de Direito Bancário da comarca de Jaraguá do Sul; em 20/04/2017 15:52:02, Processo transferido de Vara - Jaraguá do Sul: Vara Regional de Direito Bancário da comarca de Jaraguá do Sul; em 09/05/2017 14:27:00, Conclusos para despacho; em 07/03/2018 13:29:14, Mero expediente - SAJ - ntime-se o executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar certidão atualizada do Detran, referente ao bem indicado à fl. 114, para que seja comprovada a propriedade do executado, sob pena de arquivamento.; em 07/03/2018 16:44:05, Encaminhado edital/relação para publicação - Relação: 0092/2018 Teor do ato: ntime-se o executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar certidão atualizada do Detran, referente ao bem indicado à fl. 114, para que seja comprovada a propriedade do executado, sob pena de arquivamento. Advogados(s): Nilson dos Santos (OAB 16612/SC); em 09/03/2018 12:14:25, Certificada a publicação da relação de intimação de advogado - Relação :0092/2018 Data da Publicação: 09/03/2018 Número do Diário: 2774 Página: ; em 09/03/2018 12:14:25, Certificada a publicação da relação de intimação de advogado - Relação :0092/2018 Data da Publicação: 09/03/2018 Número do Diário: 2774 Página: ; em 14/03/2018 18:05:59, Encaminhado` edital/relação para publicação - Relação: 0106/2018 Teor do ato: ntime-se o executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar certidão atualizada do Detran, referente ao bem indicado à fl. 114, para que seja comprovada a propriedade do executado, sob pena de arquivamento. Advogados(s): Edson José Gomes (OAB 38528/SC), Percival Teixeira de Abreu Filho (OAB 38986/SC); em 16/03/2018 11:12:08, Certificada a publicação da relação de intimação de advogado - Relação :0106/2018 Data da Publicação: 16/03/2018 Número do Diário: 2779 Página: ; em 16/03/2018 16:40:14, Juntada de documento - Nº Protocolo: WJAG.18.10016442-8 Tipo da Petição: Apresentação de documentos Data: 16/03/2018 16:30 ; em 17/04/2018 11:36:17, Conclusos para despacho; em 17/04/2018 12:15:20, Conclusos para despacho; em 25/07/2019 09:39:01, Decisão interlocutória - SAJ - Assim, DETERMINO: 1. A redução da penhora do veículo Ford Ecosport (fl. 102) para 50% do bem, resguardando-se, assim, o direito de meação da esposa do devedor Ulisses Donizete Ramos; 2. A intimação do credor para, em 60 (sessenta) dias, sob pena de extinção por abandono (art. 485, III, CPC): a) Fornecer os dados da esposa do devedor (nome completo e endereço), a fim de que seja intimada da constrição realizada. b) Informar o atual endereço do devedor Osnildo Soares Machado Júnior para que seja efetivada a citação. 3. A intimação do executado Ulisses Donizete Ramos para comprovar a alegada hipossuficiência, sob pena de indeferimento do pedido de Justiça Gratuita. Para tanto, em 60 (sessenta) dias deve juntar aos autos: a) comprovante atualizado de rendimentos (folha de pagamento, benefício previdenciário); b) comprovante de propriedade de imóveis e de veículos; c) comprovante dos créditos bancários (poupança, aplicação financeira, etc.); e d) declaração do imposto de renda do último exercício.; em 25/07/2019 11:01:07, Encaminhado edital/relação para publicação - Relação: 0356/2019 Teor do ato: Assim, DETERMINO: 1. A redução da penhora do veículo Ford Ecosport (fl. 102) para 50% do bem, resguardando-se, assim, o direito de meação da esposa do devedor Ulisses Donizete Ramos; 2. A intimação do credor para, em 60 (sessenta) dias, sob pena de extinção por abandono (art. 485, III, CPC): a) Fornecer os dados da esposa do devedor (nome completo e endereço), a fim de que seja intimada da constrição realizada. b) Informar o atual endereço do devedor Osnildo Soares Machado Júnior para que seja efetivada a citação. 3. A intimação do executado Ulisses Donizete Ramos para comprovar a alegada hipossuficiência, sob pena de indeferimento do pedido de Justiça Gratuita. Para tanto, em 60 (sessenta) dias deve juntar aos autos: a) comprovante atualizado de rendimentos (folha de pagamento, benefício previdenciário); b) comprovante de propriedade de imóveis e de veículos; c) comprovante dos créditos bancários (poupança, aplicação financeira, etc.); e d) declaração do imposto de renda do último exercício. Advogados(s): Nilson dos Santos (OAB 16612/SC), Percival Teixeira de Abreu Filho (OAB 98458/SP), Edson José Gomes (OAB 38528/SC); em 29/07/2019 16:30:10, Certificada a publicação da relação de intimação de advogado - Relação :0356/2019 Data da Publicação: 29/07/2019 Número do Diário: 3111 Página: ; em 31/07/2019 14:38:28, Pedido de citação em novo endereço - Nº Protocolo: WJAG.19.10054428-0 Tipo da Petição: Pedido de Citação em Novo Endereço Data: 31/07/2019 14:31 ; em 06/09/2019 16:44:14, Conclusos para despacho; em 25/09/2019 20:32:08, Informações - Nº Protocolo: WJAG.19.10070366-4 Tipo da Petição: Informações Data: 25/09/2019 19:54 ; em 27/09/2019 08:19:33, Juntada de Petição - Nº Protocolo: WJAG.19.10070554-3 Tipo da Petição: Petição Data: 26/09/2019 14:12 ; em 23/03/2020 15:28:27, Mero expediente - SAJ - Intime-se o exequente para, em 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da petição e documentos acostados às fls. 160-192.; em 23/03/2020 21:05:20, Encaminhado` edital/relação para publicação - Relação: 0105/2020 Teor do ato: Intime-se o exequente para, em 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da petição e documentos acostados às fls. 160-192. Advogados(s): Nilson dos Santos (OAB 16612/SC), Percival Teixeira de Abreu Filho (OAB 98458/SP), Nilson dos Santos (OAB 16612/SC), Felipe Sá Ferreira (OAB 17661/SC), Edson José Gomes (OAB 38528/SC); em 25/03/2020 11:52:30, Certificada a publicação da relação de intimação de advogado - Relação :0105/2020 Data da Publicação: 25/03/2020 Número do Diário: 3268; em 08/04/2020 18:01:14, Juntada petição de impugnação - Nº Protocolo: WJAG.20.10014859-0 Tipo da Petição: Impugnação Data: 08/04/2020 17:36 ; em 12/04/2020 19:13:01, Conclusos para despacho; em 24/05/2020 01:48:31, Juntada de certidão - Extrato com dados do processo migrado do SAJ para o EPROC.; em 21/07/2020 23:02:42, Decisão interlocutória; em 21/07/2020 23:02:42, Intimação Eletrônica - Expedida/Certificada - Despacho/Decisão - Refer. ao Evento: 141 (EXEQUENTE - COOP.DE CREDITO DE LIVRE ADM.DE ASSOC.DOS VALES DO ITAJAI E ITAPOCU, DO LITORAL DE SANTA CATARINA E LITORAL SUL DO PARANA-SICOOB BLUCREDI SUL) Prazo: 15 dias Status:FECHADO Data

inicial da contagem do prazo: 24/07/2020 00:00:00 Data final: 13/08/2020 23:59:59; em 21/07/2020 23:02:42, Intimação Eletrônica - Expedida/Certificada - Despacho/Decisão - Refer. ao Evento: 141 (EXECUTADO - ULISSES DONIZETE RAMOS) Prazo: 15 dias Status:FECHADO Data inicial da contagem do prazo: 04/08/2020 00:00:00 Data final: 24/08/2020 23:59:59; em 22/07/2020 10:16:44, Intimação Eletrônica - Confirmada - Refer. ao Evento: 142; em 27/07/2020 16:31:55, PETIÇÃO - Refer. ao Evento: 142; em 31/07/2020 23:59:59, Intimação Eletrônica - Confirmada - Refer. ao Evento: 143; em 25/08/2020 01:08:35, Decurso de Prazo - Refer. ao Evento: 143; em 21/09/2020 14:54:19, Juntada de certidão. Certifica, ainda, que o assunto cadastrado no mencionado processo é: Cédula de crédito bancário. Espécies de títulos de crédito. Obrigações. DIREITO CIVIL. Certifica, por fim, que o valor da causa é de R\$ 65.158,24.

Certidão gerada via internet.
Esta certidão pode ser validada no site <https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc> (Consulta Pública / Consulta Autenticidade de Certidão Narratória) com os seguintes dados:
Número do processo: 00013117720148240006
Número da Certidão: 48437
Código de Segurança: 95b3cf05
Data de geração: 14/01/2021 15:32:00





12/01/2021

0000720923

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Comarca de Balneário Camboriú

CERTIDÃO
FINS ELEITORAIS

CERTIDÃO Nº: 8022813**FOLHA: 1/1**

À vista dos registros criminais constantes nos sistemas de informática do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina da Comarca de Balneário Camboriú, com distribuição anterior à data de 11/01/2021, verificou-se NADA CONSTAR em nome de:

ULISSES DONIZETE RAMOS, portador do RG: 7239622, CPF: 102.471.938-36, filho de Olicio Daniel Ramos e Maria Dias Ramos, nascido aos 26/01/1970. *****

OBSERVAÇÕES:

- a) certidão é expedida em consonância com a Lei Complementar n.º 64/90, com as alterações promovidas pela Lei Complementar n.º 135/2010.
- b) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- c) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>, opção Certidões/Conferência de Certidão; e
- d) a presente certidão é isenta de custas, nos termos da legislação vigente.
- e) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha e Distrital do Continente.

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Balneário Camboriú, terça-feira, 12 de janeiro de 2021.

PEDIDO Nº:**0000720923**

CERTIDÃO ELEITORAL Nº: 683217

À vista dos registros constantes no **sistema eproc do Primeiro Grau de Jurisdição** do Poder Judiciário de Santa Catarina, utilizando como parâmetro os dados informados pelo(a) requerente, NADA CONSTA distribuído em relação a:

NOME: ULISSES DONIZETE RAMOS

CPF: 102.471.938-36

RG: 7239622

Órgão expedidor: SSP SC

Nome da mãe: MARIA DIAS RAMOS

Nome do pai: OLICIO DANIEL RAMOS

Data de nascimento: 26/01/1970

Certidão emitida às 19:01 de 12/01/2021.

OBSERVAÇÕES

- 1) Esta certidão tem validade de 60 (sessenta) dias a contar da data da emissão.
- 2) Será negativa quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual foi solicitada;
- 3) Foram considerados os normativos do CNJ;
- 4) Os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;

ATENÇÃO: A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema de automação da justiça - SAJ5, disponível através do endereço <https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ULISSES DONIZETE RAMOS

CPF: 102.471.938-36

Certidão nº: 689761/2021

Expedição: 12/01/2021, às 19:11:27

Validade: 10/07/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ULISSES DONIZETE RAMOS**, inscrito(a) no CPF sob o nº **102.471.938-36**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para fins de **Comprovação De Capacidade Técnica**, que o Leiloeiro Público Oficial do Estado Santa Catarina, **ULISSES DONIZETE RAMOS**, Leiloeiro Público Oficial e Rural, **matriculado na JUCESC sob nº AARC 309 e na Faesc sob nº 041**, com escritório à Rua Nepal, 910, pavimento Térreo, Nações, CEP 88.338-215 Balneário Camboriú - SC, **executou Leilão Público no dia 17 de dezembro de 2019** para a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ/SC** – PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 83.102.350/0001-96, com sede no prédio da Prefeitura, sito à Rua João Morelli, 66, Centro, CEP-88.295-000, Botuverá/SC, telefone (47) 3359-1170 – os serviços abaixo especificados:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS:

1 Serviços Profissionais de Leiloeiro Público Oficial, para a alienação de bens móveis inservíveis ao município, englobaram a Estruturação do leilão público, execução do certame com o praceamento dos bens, toda a organização operacional e governança, trazendo equipe de apoio e equipamentos necessários; levantamento fotográfico, avaliações dos bens, publicação legal, campanhas de marketing, divulgação através dos meios de comunicação e da internet;

Alienação por meio de Leilão Público Simultâneo de 14 lotes com os seguintes bens:

- Lote Contendo Sucatas Diversas Alumínio, Ferro E Plásticos
- Lote Contendo Sucata De Equipamentos De Informatica E Eletro-Eletrônicos
- Lote Contendo Sucata De Equipamentos Hospitalares
- Lote Contendo Sucata De Equipamentos Eletro-Eletrônicos, Móveis Entre Outros,
- 01 Arado De 3 Discos E 01 Quadro Para Grade
- 01 Arado De 2 Discos.
- 01 Pulverizador Marca Berthoud Model Po-4 Para Trator
- 01 Colheitadeira De Grãos Marca Jumil Modelo 360 Litros, Sem Ano Aparente,
- 01 Ônibus Mercedes Benz Of 1318 Carroceria Marcopolo Modelo Torino
- 01 Caminhão Basculante Chevrolet 13000
- 01 Carregadeira Yto Z130f
- 01 Trator Agrícola Ford 5630
- 01 Retroescavadeira New Holland B110b
- 01 Retroescavadeira New Holland Lb90

Resultado De Desempenho Alienações foram muito satisfatórios, sendo realizado a alienação de **14 lotes**, obtendo índice de sucesso com **PERCENTUAL de 100%**; o Leiloeiro Público apresentou ainda índice de ágio, ou seja, valor arrecado além da avaliação, valorizado em **178,83%**.

2 O Leiloeiro Público realizou o Pregão de forma **Simultânea, ou seja, Presencial no Município e Online pela internet**, utilizando-se de ferramentas apropriadas para tal fim, tais como: **Sistema Operacional e Site Próprios; emissão de Notas de venda em leilão** (eletrônica), inclusive durante o andamento do Leilão, gerando ao final do certame o Auto de Leilão, Diário de Leilão e os demais Relatórios necessários para prestação de contas;

3 O Leiloeiro Público realizou transmissão de áudio e vídeo ao vivo e em tempo real no sítio eletrônico e no **Facebook**, divulgando e potencializando assim os resultados, atendendo de forma transparente e eficaz os arrematantes;

Atestamos ainda que, o Leiloeiro Público prestou os serviços profissionais e a assessoria solicitados, com alto nível técnico e qualidade superior, competência e profissionalismo, não existindo até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade perante as obrigações assumidas, inclusive nos assessorando no pós leilão.

Cidade de Botuverá, SC, 17 de dezembro de 2019

Jose Luiz Colombi
Prefeito Municipal

Rua João Morelli, 66, Centro, CEP-88.295-000, Botuverá/SC, telefone (47) 3359-1170



---AUTENTICAÇÃO Nº 636848---

A presente Autenticação foi realizada nos termos do art. 840 do Cod. de Normas tendo sua veracidade conferida. Do que dou fé.
Balneário Camboriú, 30 de abril de 2020. Em
test. _____ da verdade.



JANINE VIEIRA DE SOUZA - Escrevente
Emolumentos: R\$ 4,00 + selo: R\$ 2,80 -- Total: R\$6,80
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal FUV54956-QHP4
Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

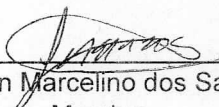
Atestamos que, o Leiloeiro Público Oficial e Rural Bel. **ULISSES DONIZETE RAMOS**, matriculado na JUCESC sob nº AARC 309 e na Faesc sob nº 041, com endereço à Rua Nepal, 910 pavimento Térreo - Nações - Balneário Camboriú – SC CEP 88.338-210, executou para este Órgão Estadual os serviços abaixo especificados:

- Serviços de Leiloaria Público Oficial para a venda de bens móveis e inservíveis, tais como: veículos, sucatas de veículos, entre outros, compreendendo estruturação e inclusive a organização operacional do Leilão;
- Serviços prestados englobaram a organização tais como, avaliações dos bens, divulgação, praceamento presencial e eletrônico (*on-line*), divulgação através dos meios de comunicação e rede mundial de computadores;
- O leiloeiro utilizou-se de sistema informatizado para a governança e gerenciamento da preça pública de Leilão, inclusive a emissão de nota eletrônica de arrematação durante o andamento do Leilão;
- O percentual de vendas de 100% (cem por cento) foi atingido.

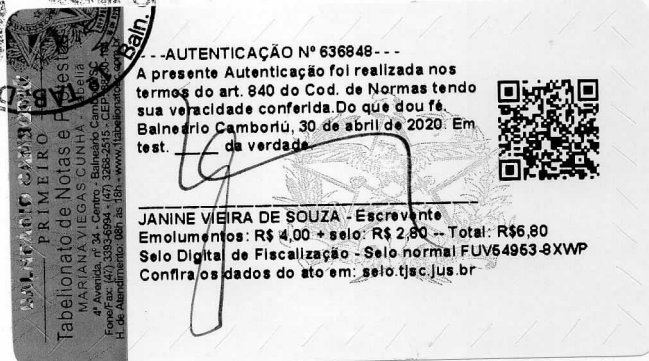
Atestamos ainda que, o Leiloeiro prestou os serviços e assessoria solicitados, não existindo até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade perante as obrigações assumidas.

Cidade de Florianópolis, SC, 19 de junho de 2019

Comissão Executiva de Leilão


Amilton Marcelino dos Santos
Membro

AMILTON Marcelino dos Santos
3º SGT PM Mat. 921369-4



**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO , DE
CONFIDENCIALIDADE, DE INEXISTENCIA DE IMPEDIMENTOS À CONTRATAÇÃO,
DE AUTENTICIDADE DE INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS E DE POLÍTICA
ANTICORRUPÇÃO.**

Ulisses Donizete Ramos, Leiloeiro Público Oficial, portador do CPF nº 102.471.938 36, documento de identidade nº 7.239.622, com matrícula na JUDESC sob o nº 309, residente a Rua Nepal, nº 910, bairro Nações, CEP 88338215, município de Balneário Camboriú estado SC

DECLARA:

- 1) Para efeitos do atendimento às normas legais e editalícias, que atende plenamente as condições de habilitação estabelecidas neste edital.
- 2) Comprometer-se a não divulgar ou transferir a terceiros, sob qualquer pretexto, bem como manter em absoluta confidencialidade, as informações e outros dados técnicos confidenciais, que a SCPAR Porto de Imbituba S.A. transmitir a nossa equipe técnica, prepostos ou empregados, desde que necessárias para execução dos trabalhos objeto deste edital, tomando para isso as providências cabíveis para a proteção das informações e dados técnicos confidenciais recebidos.
- 3) Que inexistem impedimentos à contratação, nos termos do artigo 38 da Lei nº 13.303, de 2016 e da Lei Estadual nº 16.493/14, não estando suspensa de participar de licitações e declarando não haver nada que a impeça de contratar com a Administração Pública.
- 4) Para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, que as informações prestadas e documentos que apresento para participar deste procedimento Licitatório, por mim entregues, são verdadeiros e autênticos (fieis a verdade e condizentes com a realidade dos fatos à época). Fico ciente através desse documento declaratório que a falsidade dessa declaração configura crime previsto no Código Penal Brasileiro, passível de apuração na forma da Lei bem como pode ser enquadrada como litigância de Má-Fé.

- 5) Que têm conhecimento das normas previstas na legislação dentre as quais as Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;
- 6) Que se compromete em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no item anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;
- 7) Que se compromete em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;
- 8) Que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa CGE/SEA nº 01/2020 (Publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina de 02/04/2020 – Edição nº 21.236), além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

BALNEARIO CAMBORIU, 12 DE JANEIRO DE 2021.



Ulisses Donizete Ramos
Leiloeiro Público Oficial
Matrícula AARC Nº 309
Fé Pública Decreto Nº 21.981/32

ULISSES DONIZETE RAMOS
LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL AARC 309

RG: 7.239.622/SSP

CPF: 102.471.938 36